

C. F. V. OBRAS PÚBLICAS LTDA – ME

CNPJ Nº.: 15.161.740/0001-87

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL
CANDELÁRIA/ RS

Prefeitura Municipal de Candelária - RS
Protocolo
Nº 1122/2019
Data: 15/02/19
Enc.: 

RECURSO

Ref.: Interposição de recurso – Edital de TOMADA DE PREÇOS nº. 001/2019 – contratação de empresa para execução de obra de Pavimentação em Bloquetes de Concreto na Rua General Sampaio e Rua Carlos Gomes – Trecho 01.

A Empresa **C. F. V. OBRAS PÚBLICAS LTDA**, estabelecida na Rua Floriano Zurowski, nº. 180, na cidade de Agudo/ RS, inscrita no CNPJ nº. 15.161.740/0001-87, neste ato representada por um de seus sócios, Sr. **VALDERI LUIZ HOPPE**, portador da Carteira de Identidade nº. 8032956677, e do CPF sob nº. 511.866.590-68, vem por meio deste, interpor recurso sobre a habilitação das Empresas:

- **CESAR LUIS STUMM & CIA LTDA**, e,
- **CONSTRUTURA RS SOBRADINHO LTDA**,

perante o processo licitatório já mencionado.

DOS FATOS:

1. A Empresa **CESAR LUIS STUMM & CIA LTDA**, não cumpriu integralmente os itens solicitados pelo Edital, quando não apresenta a alínea "d" do item 3.1.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, dentro das especificações exigidas:



O item em questão “3.1.5.”, descreve:

“3.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

d) Atestado fornecido pelo órgão licitante, que a empresa vistoriou o local da obra, tendo pleno conhecimento do local do serviço e de suas condições, **assinada pelo responsável técnico da empresa proponente**, pela qual reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual do memorial descritivo e documentos anexos deste edital, bem como serem perfeitamente exequíveis conforme os quantitativos e preços propostos.” (grifo nosso).

Nele é explícito a **exigência do Atestado de Visita assinado pelo responsável técnico da empresa proponente**, o que a **empresa não apresentou**. Há de se considerar que além da visita propriamente, existe o documento fornecido pela Prefeitura que formalizada tal visita, sendo esse a **“DECLARAÇÃO DE VISTORIA”**, o qual destaca campos para a assinatura da municipalidade e também para a assinatura do proponente. Assim sendo, o proponente necessariamente precisar concordar com a forma de execução, com os itens a serem executados, seguindo suas características descritas por meio dos projetos, memoriais e demais anexos ao edital, bem como, com o valor que irá propor.

O modelo de **“DECLARAÇÃO DE VISTORIA”**, é um documento que comprova que a municipalidade que apresentou o local da obra, o objeto/ projeto e memoriais a proponente. Por outro lado é o documento que atesta ao município que a empresa concorda com o objeto proposto pelo projeto no local, nos valores e nas condições especificadas. Sendo, portanto, imprescindível a assinatura de ambos (municipalidade e proponente), a falta de uma dessas, não o configura como documento, por não oferecer as garantias exigidas.

Nesse mesmo entendimento o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº. 4.968/2011 – Segunda Câmara, define que a realização da Visita Técnica tem por finalidade:

“A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais. 11.1.3.2. Portanto, a finalidade da introdução da fase de vistoria prévia no edital é propiciar ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto”.

A citação endossa a importância da Visita Técnica ao destacar que essa é uma oportunidade das Empresas melhor conhecerem o objeto da licitação. Mas também é mais um instrumento de proteção e resguardo as entidades que licitam de possíveis inexecuções contratuais, de pedidos de aditivos e ou alterações de objeto.

A forma de **Declaração de Vistoria** apresentada pela Empresa citada, apenas cumpre a visita ao local onde será realizada obra, indicando o profissional que realizou a vistoria. Nela o profissional não reconhece ser viável o cumprimento integral e pontual do memorial descritivo e demais documentos anexos ao edital, nem mesmo declara ser possível sua execução conforme os quantitativos e preços propostos. Afinal o documento não está assinado pelo Responsável Técnico da Empresa, apenas preenchido com os dados do mesmo.

Diante do exposto entende-se que a **Empresa Cesar Luis Stumm & Cia Ltda**, não atendeu ao item 3.1.5 Qualificação Técnica, alínea “d” ao Processo Licitatório do Edital de Tomada de Preços Nº 01/2019 da Prefeitura Municipal de Candelária, culminando pela **INABILITAÇÃO** da Empresa.

2. Quanto a Empresa **CONSTRUTURA RS SOBRADINHO LTDA**, verificou-se que a mesma possui divergência em seu Capital Social. Ou seja, o valor do Capital Social apresentado na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica – CREA/RS não corresponde ao valor apresentado na última alteração do Contrato Social da referida Empresa. Observando-se que a atualização de valores, computada na última alteração Contratual não seguiu até o CREA/ RS para fins de atualização de registro, invalidando o documento de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica CREA/ RS apresentado.

Analizou-se que a Empresa Construtora RS Sobradinho Ltda alterou seu Capital Social conforme pode ser visualizado na última Alteração Contratual (juntada ao processo). E, todas as alterações de dados devem ser atualizadas em todos os órgãos em que a empresa tem cadastro como, por exemplo; Prefeitura, Órgãos Estaduais e Federais e inclusive no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), sob pena de nulidade.

A própria Certidão apresentada pela Licitante no certame traz em seu bojo:

“Conforme alínea C do inciso IV do § 1º - do art. 2º da Resolução Nº 266/79 do Confea, as certidões emitidas pelos Conselheiros Regionais **perderão a validade, caso ocorra qualquer modificação** posterior dos elementos cadastrais nelas contidos e desde que não representem a situação correta ou atualizada do registro” (grifo nosso).

Para proceder alteração em seu Capital Social, a Empresa Construtora RS Sobradinho Ltda modificou elementos cadastrais contidos no interior da certidão. E, para manter válido o registro perante o órgão de classe após qualquer alteração dos elementos cadastrais, é dever da pessoa jurídica proceder a pertinente retificação junto ao CREA, a fim de regularizar as informações assentadas. Não o fazendo, como foi o caso, torna-se desprovida de validade a certidão de registro.

Dessa forma, ainda que a empresa detenha o registro junto ao CREA, sua certidão carece de validade, o que inviabiliza totalmente o cumprimento da exigência editalícia. Destaca-se que para o cumprimento do Edital pressupõe a apresentação da certidão de registro plenamente válida na data de abertura da licitação, e não somente a prova da existência de registro, como quer induzir a crer a Empresa citada.

Há de se destacar que a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica – CREA possui o intuito de comprovar regularidade no registro, no objetivo e na habilitação da empresa e seus respectivos responsáveis técnicos na entidade do CREA, bem como todos os demais elementos cadastrais da empresa, inclusive o seu capital social.

A alteração do Capital Social da Empresa influencia diretamente na taxa de anuidade do CREA, que poderá variar para mais ou para menos, de acordo com o valor do Capital declarado ao CREA.

Com todo o exposto acima percebe-se nitidamente que a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica – CREA/ RS apresentada pela **Empresa Construtora RS Sobradinho Ltda**, ao Processo Licitatório do Edital de Tomada de Preços N° 01/2019 da Prefeitura Municipal de Candelária não possui validade, assim a mesma não atendeu ao item 3.1.5 alínea "a" do edital, culminando na **INABILITAÇÃO** da Empresa.

DA SOLICITAÇÃO: Diante dos fatos e atentando para o cumprimento do Edital, solicitamos à Comissão Permanente de Licitações a **INABILITAÇÃO** da Empresa **CESAR LUIS STUMM & CIA LTDA**, pelo não cumprimento do item 3.1.5 Qualificação Técnica - alínea "d"; e a **INABILITAÇÃO** da Empresa **CONSTRUTURA RS SOBRADINHO LTDA**, pelo não cumprimento do 3.1.5 Qualificação Técnica - alínea "a".

Candelária/ RS, 15 de Fevereiro de 2019.



VALDERI LUIZ HOPPE

Diretor Geral

Empresa C. F. V. Obras Públicas Ltda

O item em questão "3.1.5.", descreve:

"3.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

d) Atestado fornecido pelo órgão licitante, que a empresa vistoriou o local da obra, tendo pleno conhecimento do local do serviço e de suas condições, **assinada pelo responsável técnico da empresa proponente**, pela qual reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual do memorial descritivo e documentos anexos deste edital, bem como serem perfeitamente exequíveis conforme os quantitativos e preços propostos." (grifo nosso).

Nele é explícito a **exigência do Atestado de Visita assinado pelo responsável técnico da empresa proponente**, o que a **empresa não apresentou**. Há de se considerar que além da visita propriamente, existe o documento fornecido pela Prefeitura que formalizada tal visita, sendo esse a **"DECLARAÇÃO DE VISTORIA"**, o qual destaca campos para a assinatura da municipalidade e também para a assinatura do proponente. Assim sendo, o proponente necessariamente precisar concordar com a forma de execução, com os itens a serem executados, seguindo suas características descritas por meio dos projetos, memoriais e demais anexos ao edital, bem como, com o valor que irá propor.

O modelo de **"DECLARAÇÃO DE VISTORIA"**, é um documento que comprova que a municipalidade que apresentou o local da obra, o objeto/ projeto e memoriais a proponente. Por outro lado é o documento que atesta ao município que a empresa concorda com o objeto proposto pelo projeto no local, nos valores e nas condições especificadas. Sendo, portanto, imprescindível a assinatura de ambos (municipalidade e proponente), a falta de uma dessas, não o configura como documento, por não oferecer as garantias exigidas.

Nesse mesmo entendimento o Tribunal de Contas da União, no Acórdão n°. 4.968/2011 – Segunda Câmara, define que a realização da Visita Técnica tem por finalidade:

"A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais. 11.1.3.2. Portanto, a finalidade da introdução da fase de vistoria prévia no edital é propiciar ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto".

A citação endossa a importância da Visita Técnica ao destacar que essa é uma oportunidade das Empresas melhor conhecerem o objeto da licitação. Mas também é mais um instrumento de proteção e resguardo as entidades que licitam de possíveis inexecuções contratuais, de pedidos de aditivos e ou alterações de objeto.

A forma de **Declaração de Vistoria** apresentada pela Empresa citada, apenas cumpre a visita ao local onde será realizada obra, indicando o profissional que realizou a vistoria. Nela o profissional não reconhece ser viável o cumprimento integral e pontual do memorial descritivo e demais documentos anexos ao edital, nem mesmo declara ser possível sua execução conforme os quantitativos e preços propostos. Afinal o documento não está assinado pelo Responsável Técnico da Empresa, apenas preenchido com os dados do mesmo.

Diante do exposto entende-se que a **Empresa Cesar Luis Stumm & Cia Ltda**, não atendeu ao item 3.1.5 Qualificação Técnica, alínea "d" ao Processo Licitatório do Edital de Tomada de Preços Nº 01/2019 da Prefeitura Municipal de Candelária, culminando pela **INABILITAÇÃO** da Empresa.

2. Quanto a Empresa **CONSTRUTURA RS SOBRADINHO LTDA**, verificou-se que a mesma possui divergência em seu Capital Social. Ou seja, o valor do Capital Social apresentado na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica – CREA/RS não corresponde ao valor apresentado na última alteração do Contrato Social da referida Empresa. Observando-se que a atualização de valores, computada na última alteração Contratual não seguiu até o CREA/ RS para fins de atualização de registro, invalidando o documento de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica CREA/ RS apresentado.

Analisou-se que a Empresa Construtora RS Sobradinho Ltda alterou seu Capital Social conforme pode ser visualizado na última Alteração Contratual (juntada ao processo). E, todas as alterações de dados devem ser atualizadas em todos os órgãos em que a empresa tem cadastro como, por exemplo; Prefeitura, Órgãos Estaduais e Federais e inclusive no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), sob pena de nulidade.

A própria Certidão apresentada pela Licitante no certame traz em seu bojo:

"Conforme alínea C do inciso IV do § 1º - do art. 2º da Resolução Nº 266/79 do Confea, as certidões emitidas pelos Conselheiros Regionais **perderão a validade, caso ocorra qualquer modificação** posterior dos elementos cadastrais nelas contidos e desde que não representem a situação correta ou atualizada do registro". (grifo nosso).

Para proceder alteração em seu Capital Social, a Empresa Construtora RS Sobradinho Ltda modificou elementos cadastrais contidos no interior da certidão. E, para **manter válido o registro** perante o órgão de classe após qualquer alteração dos elementos cadastrais, é dever da pessoa jurídica **proceder a pertinente retificação junto ao CREA**, a fim de regularizar as informações assentadas. **Não o fazendo**, como foi o caso, **torna-se desprovida de validade a certidão de registro**.

R

C. F. V. OBRAS PÚBLICAS LTDA – ME

CNPJ Nº.: 15.161.740/0001-87

Dessa forma, ainda que a empresa detenha o registro junto ao CREA, sua certidão carece de validade, o que inviabiliza totalmente o cumprimento da exigência editalícia. Destaca-se que para o cumprimento do Edital pressupõe a apresentação da certidão de registro plenamente válida na data de abertura da licitação, e não somente a prova da existência de registro, como quer induzir a crer a Empresa citada.

Há de se destacar que a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica – CREA possui o intuito de comprovar regularidade no registro, no objetivo e na habilitação da empresa e seus respectivos responsáveis técnicos na entidade do CREA, bem como todos os demais elementos cadastrais da empresa, inclusive o seu capital social.

A alteração do Capital Social da Empresa influencia diretamente na taxa de anuidade do CREA, que poderá variar para mais ou para menos, de acordo com o valor do Capital declarado ao CREA.

Com todo o exposto acima percebe-se nitidamente que a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica – CREA/RS apresentada pela **Empresa Construtora RS Sobradinho Ltda**, ao Processo Licitatório do Edital de Tomada de Preços Nº 01/2019 da Prefeitura Municipal de Candelária não possui validade, assim a mesma não atendeu ao item 3.1.5 alínea "a" do edital, culminando na **INABILITAÇÃO** da Empresa.

DA SOLICITAÇÃO: Diante dos fatos e atentando para o cumprimento do Edital, solicitamos à Comissão Permanente de Licitações a **INABILITAÇÃO** da Empresa **CESAR LUIS STUMM & CIA LTDA**, pelo não cumprimento do item 3.1.5 Qualificação Técnica - alínea "d"; e a **INABILITAÇÃO** da Empresa **CONSTRUTURA RS SOBRADINHO LTDA**, pelo não cumprimento do 3.1.5 Qualificação Técnica - alínea "a".

Candelária/RS, 15 de Fevereiro de 2019.



VALDERI LUIZ HOPPE

Diretor Geral

Empresa C. F. V. Obras Públicas Ltda